

O LIVRO DOS CÉSARES E O BREVIÁRIO:

UM estudo sobre cultura escrita e memória coletiva no Império Romano do Século IV¹

Jacqueline da Silva Santos²

Profa. Dra. Márcia S. Lemos³

RESUMO: O propósito deste trabalho é discutir o uso da cultura escrita, pelos intelectuais vinculados à elite senatorial pagã, para afirmar e divulgar um conjunto de noções morais e práticas sociopolíticas presente na memória coletiva do grupo, na Roma baixo-imperial. Por meio da análise de discurso, busca-se evidenciar como o *mos maiorum*, transmitido no seio da elite senatorial, foi preservado e utilizado como parâmetro para qualificar os imperadores e a sociedade romana. Para tanto, foram selecionadas duas crônicas que tratam da história do Império Romano, produzidas por membros da aristocracia do período: o *Livro dos Césares* de Aurélio Victor e o *Breviário* de Flávio Eutrópio.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Coletiva. Cultura Escrita. Império Romano.

A partir da segunda metade do século III d.C., o Império Romano passou por profundas transformações que marcaram as suas estruturas. A sociedade romana do período assistiu à instituição do *Dominato*, sistema político-ideológico cuja finalidade era, em última análise, prover a estabilidade política mediante a reabilitação da autoridade imperial, fragilizada durante o período da Anarquia Militar. Para alcançar tal propósito, a figura do soberano buscou legitimar-se num aparato mítico, realçando cada vez mais a sua vinculação direta com o sagrado em detrimento da sua natureza puramente humana. Para obter um maior controle sobre o vasto território, o Estado romano recorreu a uma complexa rede administrativa, burocrática e militar.

Em meio a este processo de reestruturação estatal, a palavra escrita tornou-se um importante instrumento para a gestão do Império, garantindo ao corpo de funcionários uma capacidade real de intervenção na vida política. Houve uma ampliação do sistema de ensino formal e da busca pela instrução com vistas a ocupação de cargos no *comitatus* ou na administração provincial. Esta conjuntura favoreceu a ascensão dos homens novos que desconheciam os costumes ancestrais romanos, o *mos maiorum*. Vê-se, a partir do século IV d.C., a existência de uma elite senatorial heterogênea, marcada por distinções sociais, constituída pelos altos funcionários civis e militares e por uma nobreza tradicional pagã.

Nessa conjuntura, os intelectuais ligados a aristocracia senatorial, por meio da escrita, expressaram a sua insatisfação diante das transformações vivenciadas pela sociedade da época, veicularam o sistema de valores presente na memória coletiva da elite pagã, a partir do qual projetaram um modelo de sociedade ideal, representaram o poder monárquico e reafirmaram posições políticas dentro do Império Romano.

Apesar da progressiva alteração nas relações entre o Estado e a religião cívica romana em função da crescente influência do cristianismo, não se deve esperar, no âmbito historiográfico, um confronto direto e incessante entre pagãos e cristãos do século IV⁴. Verifica-se na produção textual pagã, a constante preocupação em manter vivo o conhecimento do passado de Roma. Nesse ensejo, surgem os breviários e os epítomes, destinados à instrução dos membros da nova elite dirigente do Império que emergiu após os acontecimentos do século III d.C. Conforme Le Goff, os autores romanos do período tiveram a tendência a privilegiar o passado em detrimento do presente, bem como os antigos por oposição aos modernos⁵. Um passado que, devido a deferência aos costumes ancestrais, era considerado o período de esplendor da civilização romana, ao passo que a Roma e o seu império do século IV era visto como um momento de decadência e corrupção do *mos maiorum*.

Em *Estudos de História da Cultura Clássica*, Maria Helena da Rocha Pereira afirma que as ideias morais e políticas dos romanos, agrupadas sob a denominação de *mos maiorum*, embora não tenham constituído um código de leis escritas, “formam a parte mais significativa do seu legado cultural”⁶. Para homens como Cícero, Varrão e Catão, o *optimus civis* é representado na figura do agricultor-soldado, indivíduo que, com integridade na vida cívica, condena o luxo, a avareza e a posse do poder descabido, prioriza sempre a *salus publica* acima de qualquer interesse pessoal. De acordo com Marrou, “Roma jamais se libertará completamente do ideal coletivo que consagra o indivíduo ao Estado; jamais consentirá em renunciar a ele, nem mesmo quando a evolução dos costumes dele se distanciar; [...] esforçar-se-á periodicamente por voltar a ele [...]”⁷.

As práticas sociopolíticas que construíram a força de Roma, em conformidade com a tradição literária, estariam orientadas pelos costumes ancestrais expressos em determinadas virtudes, tais como: a *pietas* (o zelo acurado na relação com os deuses, a família e a pátria romana), a *gravitas*⁸ (a firmeza na ação), a *fides* (o respeito sagrado a um juramento estabelecido, que implica a confiança mútua entre as partes envolvidas), a

*clementia*⁹ (o julgar com justiça, a capacidade de discernir, no ato de punir, aqueles suscetíveis de regressar ao bem) e a *moderatio* (a ponderação na ação).

No Baixo Império Romano, a palavra escrita foi, portanto, um meio utilizado para conservar tradições e colocar em circulação os valores da elite senatorial, na tentativa de torná-los dominantes na sociedade da época. A partir do século II d.C. evidencia-se, em Roma, uma grande difusão da cultura escrita, que resultou no incremento do comércio de livros e das bibliotecas públicas e privadas. Estes espaços possibilitavam o contato com os textos - quer seja por intermédio da leitura direta, quer seja por meio das discussões travadas nestes ambientes. A *recitatio*, tanto na esfera privada quanto na pública, contribuiu para a divulgação das obras literárias¹⁰.

Como faces da mesma moeda, o debate sobre a eficácia da escrita conduz à reflexão sobre os limites para o seu uso. Desde a República, Roma contou com um relativo controle da produção literária por parte do Estado. Na fase imperial, ao lado da investida propagandística que envolve a pessoa do monarca, verifica-se um recrudescimento da ação repressiva sobre uma literatura qualificada como desviante. Salvo diversos outros meios de “condenação ao esquecimento”, as bibliotecas públicas se constituíam em espaços de censura, de exclusão das obras que veiculavam ideias consideradas ilícitas, associadas ao crime de lesa-majestade, ou que de alguma forma desagradavam ao poder. Foi este o caso de Ovídio. Poeta que, “caindo em desgraça com Otávio Augusto”¹¹, teve os seus livros banidos das bibliotecas públicas de Roma¹².

Embora no século IV tenha ocorrido um aumento da camada da população capaz de ler¹³, o acesso à educação de modo geral (sobretudo o secundário e o superior), enfrentou limitações. Lembra Marrou, que em Roma não havia políticas públicas para a educação escolar. A instrução ficava sob o encargo da iniciativa privada. Mesmo durante o Império, quando o Estado interessava-se pela qualificação de quadros para trabalhar na burocracia, o ensino no espaço privado permaneceu uma prática corrente. Ainda assim, o sistema escolar não estava disponível em todo o território. Apenas uma parcela da população, pode-se dizer restrita, dispunha de recursos para arcar com os custos desta empreitada. As iniciativas do Estado em relação ao sistema escolar podem ser caracterizadas como evergetismo. O imperador apresentou-se como um “grande patrono”, disposto a intervir em prol da educação, no intuito de aumentar o contingente de pessoal apto a ocupar os cargos administrativos.¹⁴

Durante muito tempo, o conhecimento histórico sobre o Baixo Império foi marcado por uma matriz tradicional de pensamento que o identificava como um

momento de decadência e esgotamento da sociedade romana. A historiografia da “queda” também acabou influenciando o estudo acerca das produções literárias do século IV. A associação do *Dominato* com uma fase de declínio da cultura romana levou inexoravelmente à caracterização da sua produção textual como inferior, em oposição a uma literatura tida como clássica.

Como bem observa Momigliano, todos os gêneros literários respondiam a uma situação específica¹⁵. Nesse sentido, os epítomes ou breviários, destinados ao público que, originário de diversas regiões do Império, pouco sabia a respeito da história de Roma, longe de consistir numa “documentação de peso menor”, resultado da simplificação dos escritos clássicos, corresponderam ao contexto do século IV, adequando-se ao perfil dos leitores do período e atendendo às suas necessidades. Cumpriram uma função educativa de “mão-dupla”: se, por um lado, supriram o desconhecimento que muitos cidadãos do Império demonstravam ter dos “feitos gloriosos” dos seus antepassados, por outro, apresentaram-se como obras veiculadoras de um conjunto de concepções éticas, morais e políticas da aristocracia romana que definia um modelo de comportamento a ser seguido, sobretudo, pelo imperador, considerado o responsável pelo destino do Estado: “[...] nada hay en el estado, bueno o malo, que no pueda convertirse en lo contrario por el modo de comportarse de los que gobiernan” (*Livro dos Césares*, 13,7)¹⁶. Numa outra passagem, ressalta Victor: “[...] además que las situaciones, incluso las desesperadas, son fácilmente remontadas por las virtudes de los emperadores y las más estables son arruinadas por sus vicios” (*Livro dos Césares*, 35, 14).

Em conformidade com a perspectiva do Goldmann, acreditamos não ser a obra literária a expressão de uma experiência puramente individual, alheia ao meio sócio-histórico no qual foi produzida. Discursos são construções sociais que expressam visões de mundo presentes na memória coletiva dos grupos que os elaboram. Entende-se por visões de mundo o conjunto de “aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo [...] e os opõem aos outros [...]”¹⁷. Considera-se salutar, portanto, apontar as relações de Flávio Eutrópio e Sexto Aurélio Victor (autores, respectivamente, do *Breviário* e do *Livro dos Césares*) com as estruturas sociais à sua volta.

Pois bem, os discursos selecionados foram escritos por indivíduos que ascenderam socialmente no Império Romano do século IV. Os autores foram contemporâneos e viveram entre os reinados de Constantino e Teodósio. Embora Aurélio fosse de procedência humilde, alcançou os altos escalões da burocracia do

Império, exercendo funções de grande prestígio, foi governador da *Pannonia Secunda* e, em 388 ou em princípios de 389, exerceu o cargo de prefeito da cidade de Roma. Eutrópio foi *magister memoriae* do Imperador Valente, a quem dedicou a sua obra, o *Breviário*. Em 371, de acordo com Amiano Marcelino, já era procônsul da Ásia e, em 387, compartilhou o consulado com o Imperador Valentiniano II. A ascensão de Eutrópio e Aurélio Victor à categoria de *honestiores* demonstra com clareza a estreita proximidade de ambos com as esferas do poder e vinculação com a elite romana.

O *Breviário* foi publicado entre os anos de 369-370. Está dividido em 10 livros que relatam a história da fundação de Roma ao período imperial (até 364). Assim como o *Livro dos Césares* de Aurélio Victor, a história do Império é narrada a partir das biografias dos imperadores. Trata-se de um breviário, que consiste numa síntese particular de várias obras¹⁸. Quanto ao *Livro dos Césares*, é provável que Aurélio Victor tenha começado a escrevê-lo em 359 e terminado em 360, sob o governo de Constâncio II, sendo publicado em 361. De acordo com Falque, esta obra chegou até nós como a terceira e última parte de um corpus documental, composto por mais dois textos: *Origo gentis Romanae* e o *Liber de uiris illustribus Urbs Romae*. O *Livro dos Césares* narra a História do Império Romano desde Augusto até o reinado de Constâncio II. Está dividido em seis períodos: desde a ascensão de Augusto ao poder até a morte de Nero; de Galba à morte de Vitelio; de Vespasiano à morte de Domiciano; de Nerva até Alexandre Severo; de Maximino a Tácito e, por fim, de Caro a Constâncio II. O texto apresenta uma ênfase especial na formação intelectual dos monarcas. Segundo Cizec, o *Livro dos Césares* é uma perfeita fusão entre a biografia e o epítome¹⁹.

Eutrópio e Aurélio Victor destacam as virtudes e os vícios dos imperadores. Os monarcas, em ambos os discursos, surgem como portadores de um comportamento digno de ser louvado ou, em contrapartida, abominado. O *Rex Iustus* é representado como o *optimus civis*, porque zela pela observância do *mos maiorum*, ao contrário do *Rex Tyrannus*, que é injusto porque não respeita a casa e os costumes dos fundadores de Roma, a elite senatorial pagã.

Otávio Augusto (27 a.C - 14 d.C) é apresentado, no *Livro dos Césares*, como um homem de costumes simples e amáveis, dedicado ao estudo das práticas religiosas e conhecido, principalmente, por sua clemência (1, 4). Trajano (98 -117 d.C.) é euforizado, por Eutrópio, pela sua inusitada bondade, afabilidade e moderação, “mostrando-se igual a todos tanto em Roma como nas províncias”, “*sem molestar nenhum senador*” sob o seu reinado (VIII, 4)²⁰. Marco Aurélio (161-180 d.C.) é

enaltecido pelas suas ações frente à condução do Estado. Narra Eutrópio que esgotado o erário público, o monarca não tinha recurso suficiente para patrocinar a guerra contra os marcomanos. Recusando-se a impor tributos aos provinciais e ao Senado, Marco Aurélio realiza um leilão no Fórum do “Divino Trajano”:

Vendió las pertenencias de su forma de vivir propia de un rey; vasos de oro, copas de cristal y múrrinos, vestidos de seda y de oro de su mujer y suyos, y muchos ornamentos de piedras preciosas. Se realizó la venta durante dos meses seguidos y se obtuvo mucho oro. Sin embargo después de la victoria devolvió el dinero a los compradores que quisieron devolver lo comprado, pero no molestó a ninguno de los que prefirieron quedarse con lo que ya había adquirido (*Breviario*, VIII, 13, 2).

Em contrapartida, Domiciano (81-96 d.C.) é qualificado no *Breviário* como um tirano, notável pela sua “crueldade, avareza e luxúria”, sendo o primeiro a almejar ser chamado de “senhor ou deus” (VII, 23, 1-3). Da mesma forma, no discurso de Victor, Cómodo (180-192 d.C.) aparece como um homem de “caráter feroz”, com uma “insaciável sede de sangue”, “mente desonesta e propensa à crueldade” (17, 1-7).

No *Livro dos Césares*, Victor demonstra plena consciência da força do poder militar dentro do Império e censura a ascensão dos ditos “imperadores-soldados” ao trono. Ao mesmo tempo, avalia como negativo a perda das prerrogativas políticas da casa senatorial, dentre elas, o direito legítimo de aclamar o imperador. Os militares, em geral identificados com os estrangeiros - indivíduos que desconheciam os cultos dos antepassados - são representados como uma “clase de hombres [...] ávidos de dinero y sólo son fieles y leales en su propio beneficio” (26, 6); “inútiles, venales, taimados, prestos a la sedición, avariciosos y, por decirlo así, propensos por naturaleza a cometer y ocultar fraudes (33, 13). Para o historiador, “a corrupção de seu tempo” – associada ao abandono do *mos maiorum* – teria chegado ao ponto “de que para tales gentes [os soldados] el poder imperial y la dignidad de todas las virtudes eran objeto de burla” (33,10). Apesar de criticar a promoção dos estrangeiros aos cargos da administração do Estado (9, 11-12), há momentos em sua narrativa que os valoriza positivamente (11, 13; 12; 13). Assim, Victor vê no desprezo das tradições ancestrais a gênese da decadência do Estado Romano (24, 9-11; 33, 23-26).

Eutrópio, por sua vez, opta por endereçar críticas à sua época de forma mais velada, recorrendo a um discurso nostálgico, em que projeta na República, “o período áureo da grandeza romana, antítese, portanto, de seu tempo”. A valorização do antigo

homem romano é apresentada em figuras como a de Fabrício, um legado romano, de índole incorruptível (II, 12, 1-4; 14, 1-3). “Éste es Fabricio, a quien resulta más difícil desviar del camino honesto que al propio sol de su recorrido” (II, 14, 3), diz Pirro, monarca que, prometendo “um quarto de seu reino”, tentou comprar a lealdade de Fabrício. Camilo, ditador romano, é representado como ferrenho defensor de sua pátria, sendo chamado de “segundo Rômulo” (I, 20, 1-5); o povo romano é descrito como aquele que “luta pela justiça e não pela avareza” (IV, 7, 1-3), cuja superioridade militar é extraordinária. No *Breviário*, Eutrópio euforiza a elite senatorial ao passo que disforiza os soldados e condena, como Victor, a presença destes no comando do Estado romano.

“Nos costumes e varões antigos se apoia o Estado Romano”²¹. Essa máxima é repetida por Cícero e reaparece nos escritos do século IV d.C. A análise dos *breviários* permite constatar que a sociedade idealizada por Victor e Eutrópio é organizada a partir do *mos maiorum*. A imagem do *Rex Iustus* no discurso dos referidos intelectuais é o *princeps* Otávio Augusto, o “primeiro entre os seus pares” porque é *pío* no concernente às tradições ancestrais. O *princeps*, por meio das suas virtudes, é o modelo do *bonus civis* republicano que, ao ser imitado pelos seus súditos, garante a *concordia* nas relações sociais, a coesão no interior do Estado e a *fortuna* do Império. A Cúria senatorial é alçada à posição de grande guardiã dos costumes promotores da *pax deorum*, logo, da própria *pax romana*. Portanto, a aliança entre a antiga Instituição republicana e o Poder Imperial estaria na base de uma sociedade equilibrada.

Le Goff considera que “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”²². Os usos e abusos da memória coletiva, através da institucionalização da lembrança bem como do esquecimento, podem servir ao exercício do poder; reproduzir valores, orientar e disciplinar as ações dos indivíduos; fixar representações sociais; forjar identidades e legitimar ordens políticas. Gilvan Ventura da Silva mostrou que uma das medidas de repressão empreendidas pelo Estado baixo-imperial contra os usurpadores, além da *damnatio memoriae*, que já fazia parte de uma longa tradição política romana, foi o patrocínio de uma propaganda que os identificavam como “os promotores da maldade e do caos”. “Não bastava assim devotá-los à indiferença apagando a sua lembrança da memória coletiva. Era necessário produzir sobre eles uma memória execrável [...]”²³. Assim, como bem lembra Silva, não é surpreendente que as fontes do período, “com raríssimas exceções”, apresentem uma

imagem depreciativa dos chamados imperadores-soldados. Em seus estudos, Pina Polo discutiu como a construção da história de Roma, a partir do final do século III a.C., tendo como marco inicial a obra de Fábio Píctor, serviu para justificar a superioridade do povo romano em relação aos demais. Destaca, outrossim, que o *mos maiorum*, “vértebra”, desde os primórdios, dessa história nacional legitimou o lugar privilegiado que a aristocracia senatorial ocupava na sociedade²⁴.

À luz do exposto, vê-se que Flávio Eutrópio e Aurélio Victor, por meio da cultura escrita, enaltecera e veicularam um conjunto de noções morais e políticas, presente na memória coletiva do grupo ao qual estavam vinculados, a partir do qual representaram o poder monárquico e reafirmaram, dentro do Império Romano, a posição sociopolítica do Senado, enquanto instituição legítima, defensora de uma “antiga ordem” e responsável pela grandeza de Roma. Como bem assinala Mendes, no contexto do século IV, “desprovida de força política efetiva, restava à elite romana cerca-se de garantias morais e resgatar elementos tradicionais, como forma de limitar o poder imperial e garantir a manutenção das prerrogativas que ainda possuía”²⁵.

NOTAS

¹Trabalho desenvolvido na Iniciação Científica, sob a orientação da Profa. Dra. Márcia S. Lemos (UESB), e apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fabesp).

²Jacqueline da Silva Santos. Graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fabesp). E-mail: jacqueybia@hotmail.com.

³Márcia Santos Lemos. Profa. Dra./Orientadora – Departamento de História – UESB. E-mail: marcia.lemos@oi.com.br

³ Momigliano afirma que “la única excepción es Eunapio, cuya historia del siglo IV era tan anticristiana que, según Focio, tuvo que ser reeditada en una forma menos ofensiva. La mayor parte de su historia está perdida, pero la actitud de Eunapio está suficientemente clara en los fragmentos que quedan y, aún más, en su *Vida de los Sofistas*, donde Juliano es el héroe y en la que hay una abierta apología del paganismo neoplatónico” (MOMIGLIANO, Arnaldo. *Historiografía pagana y cristiana en el siglo IV*. In: _____. et al. *El conflicto entre paganismo y el cristianismo en el siglo IV*. Versión española de Marta Hernández Iñiguez; prefacio y adendum bibliográfico de Javier Arce. Madrid: Alianza, 1989. pp- 95-115. p.111).

⁵ LE GOFF, Jacques 1984:36 *apud* GONÇALVES, Ana Teresa Marques. A legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios nos Breviários de História Romana produzidos no século IV d. C. *História Revista* (UFG), vol. 11, nº 1, pp.1-16, 2006. p.5.

⁶ PEREIRA, Maria Helena Rocha. *Estudos de História da cultura clássica*. Cultura romana. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p.331.

⁷ MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antiguidade*. Tradução de Mário Leônidas Casa-nova. São Paulo: E.P.U., 1990. p. 357-358.

⁸ O oposto da *gravitas* é a *levitas*. No *Breviário*, o imperador Nero é representado como um homem frívolo e sem firmeza (*levitas*): “siguiendo el ejemplo de Gayo Calígula se lavaba en perfumes calientes y fríos, pescaba con redes de oro, que sacaba con cuerdas de seda púrpura. [...] [...] se prostituyó con tanta desvergüenza que bailó y cantó en la escena vestido como un

tocador de cítara o un actor trágico. Cometió muchos parricidios, matando a su hermano, a su mujer y a su madre. Incendió la ciudad de Roma para poder contemplar este espectáculo tal como en otro tiempo había ardido Troya cuando fue tomada (VII, 14, 1-2).

⁹ Sêneca vê na *clementia* um importante instrumento para a gestão do Estado, uma vez que esta seria responsável pela manutenção da boa relação entre o governante e os seus subordinados, garantindo concórdia pública e a estabilidade do Império.

¹⁰ A recitação fazia parte, em certa medida, do próprio processo de produção dos escritos. Era costume o autor realizar a leitura de suas obras entre os amigos, com o propósito de que fossem feitas correções, apontamentos e sugestões. O autor, após enviar cópias dos seus textos ao grupo de amigos para apreciação, perdia o controle sobre as possíveis reproduções desses manuscritos.

¹¹ CANFORA, Luciano. *Livro e liberdade*. Tradução de Antonio de Padua Denesi. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 72-73.

¹² As obras banidas das bibliotecas públicas sobreviveram, no entanto, no espaço privado. As próprias obras de Ovídio são bons exemplos: “[...] a circulação entre contemporâneos e a transmissão dos textos ovidianos demonstram como aquelas bibliotecas estavam longe de orientar ou de condicionar as escolhas dos leitores, que particularmente podiam continuar a adquirir, mandar transcrever, ler ou mandar ler obras excluídas da conservação pública (ou, de qualquer modo, censuradas), provocando a multiplicação das cópias e, portanto, a possibilidade de uma sobrevivência ulterior também dessas obras” (CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. Rio de Janeiro: Ática, 2002, p.18).

¹³ O aumento da população letrada deve-se a uma série de variantes, como o barateamento no custo do livro, a difusão do códice, o surgimento de uma “literatura de grande consumo” (como denomina Cavallo) adequada ao perfil do novo leitor da época imperial, a criação de bibliotecas públicas e o incremento das particulares.

¹⁴ MARROU, Henri-Irénée, op. cit., p. 456-478.

¹⁵ MOMIGLIANO, Arnaldo *apud* GONÇALVES, Ana Teresa. Marques, op. cit., p. 1.

¹⁶ Todas as referências do *Livro dos Césares* foram extraídas da seguinte tradução: AURELIO VÍCTOR. *Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos, 1999. (Biblioteca clásica Gredos, v. 261), cotejada com a edição bilíngue: AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

¹⁷ GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Tradução de Luiz F. Cardoso; Carlos N. Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.20.

¹⁸ FALQUE, Emma. Introducción. In: EUTROPIO. *Breviario*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos, 1999. (Biblioteca clásica Gredos, v. 261). p.19.

¹⁹ CIZEC, Eugen 1995:294 *apud* FALQUE, Emma. Introducción. In: AURELIO VÍCTOR. *Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos, 1999. (Biblioteca clásica Gredos, v. 261). p.171.

²⁰ As citações do *Breviário* foram extraídas da seguinte tradução: EUTROPIO. *Breviario*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos, 1999. (Biblioteca clásica Gredos, v. 261), cotejada com a edição bilíngue: EUTROPE. *Abrégé de l'histoire romaine*. Traduction nouvelle avec introduction, notes, tables et index par Maurice Rat. Paris: Garnier, s/d.

²¹ Quintus Ennius *apud* PEREIRA, Maria Helena Rocha, op. cit., p.357.

²² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005. p.422.

²³ SILVA, Gilvan da Silva. Política e Propaganda no Baixo Império: um aspecto da reação imperial às usurpações. *História Revista* (UFG), Goiânia, v. 1, p. 71-81, 1996. p.77.

²⁴ POLO, Francisco Pina. Mos maiorum como instrumento de control social de la nobilitas romana. *Revista Digital de la Escuela de Historia*. Facultad de Humanidades y Artes – Universidad Nacional de Rosario. vol. 3, n° 4, pp. 73-77, 2011.

²⁵ MENDES, Norma Musco. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 26.